

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.652.318 - RS (2017/0024892-0)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
RECORRENTE : JEFERSON LANNER STERNBERG
ADVOGADOS : PAULO FERNANDO MARTINS - RS006272
ADRIANO KALFELZ MARTINS E OUTRO(S) - RS031720
RECORRIDO : FAZENDA NACIONAL
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. FUNDAMENTO AUTÔNOMO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DE TESE. SÚMULA 282/STF. DISSÍDIO PREJUDICADO. RECURSO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, “a” e “c”, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo TRF da 4ª Região, assim ementado (fl. 270):

TRIBUTÁRIO. IPI. VEÍCULO. RESTRIÇÕES CADASTRAIS. PREVISÃO LEGAL.

1. Possibilidade de manutenção das restrições cadastrais de veículo importado em relação ao qual se discute a isenção de IPI sob o fundamento de uso próprio, em razão do depósito do valor para fins de suspensão de exigibilidade do crédito tributário.

2. A autoridade coatora é vinculada ao Princípio da Legalidade e aos princípios que regem a Administração Pública. As anotações derivam da obrigação legal da autoridade, no exercício de atividade fiscalizadora, de natureza vinculada, não havendo margem para a discricionariedade. Aplicação do artigo 125, II, da Lei n. 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro) e da Norma de Execução COANA nº 1, de 23/4/2009.

3. O art. 151, II, do CTN determina tão-somente a suspensão da exigibilidade do crédito, não sua extinção.

4. Preservação da garantia à informação da impetrada e de eventual terceiro de boa fé, até que a decisão se torne definitiva. Transferência do veículo possível, limitada aos deveres de informação previstos na legislação pertinente e inerentes à situação fática.

Precedente da Turma.

O recorrente alega, além de dissídio jurisprudencial, violação dos artigos 151, II, do CTN; e 125, II, da Lei n. 9.503/1997. Sustenta que i) o art. 151, II, do CTN, não admite qualquer medida adicional para garantir o crédito do ente público, além do próprio depósito; e ii) a Norma de Execução COANA n. 1/2009, ao regulamentar o art. 125, II, da Lei n. 9.503/1997, a extrapolou, ao fazer incluir em seu inciso VII, do *caput*, e no inciso I, do parágrafo único, do art. 3º, a "existência de restrição tributária, quando for o caso" e "liberados por decisão judicial que não tenha transitado em julgado".

Contrarrazões às fls. 315-317.

Juízo positivo de admissibilidade à fl. 322.

Parecer do MPF pelo prosseguimento do feito, ante a ausência de interesse público que o justifique (fls. 340-344).

Superior Tribunal de Justiça

É o relatório. Passo a decidir.

O recorrente, ao suscitar a tese de que "o CTN não admite qualquer medida adicional para garantir o crédito do ente público, além do próprio depósito", deixou de impugnar o fundamento do acórdão recorrido segundo o qual "o dispositivo legal invocado não tem a amplitude pretendida pelo impetrante. O Código Tributário determina tão-somente a suspensão da exigibilidade do crédito, situação não equiparável ao pagamento, este causa de extinção." (fl. 267). Incide à hipótese a Súmula 283/STF.

No que diz respeito à alegação de que a Norma de Execução COANA n. 1/2009 extrapolou ao regulamentar o artigo 125, II, da Lei n. 9.503/1997, verifica-se que não houve juízo de valor por parte da Corte de origem, e tampouco foram opostos embargos de declaração buscando sanar eventual vício, o que acarreta o não conhecimento do recurso especial pela falta de cumprimento ao requisito do questionamento. Aplica-se ao caso a Súmula 282/STF.

Segundo entendimento desta Corte a inadmissão do recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, "a", da Constituição Federal, em razão da incidência de enunciado sumular, prejudica o exame do recurso no ponto em que suscita divergência jurisprudencial se o dissídio alegado diz respeito ao mesmo dispositivo legal ou tese jurídica, o que ocorreu na hipótese. Nesse sentido: AgInt no REsp 1.590.388/MG, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 24/3/2017; AgInt no REsp 1.343.351/SP, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe 23/3/2017.

Ante o exposto, **não conheço** do recurso especial.

Majoro em 10% os honorários advocatícios fixados anteriormente, observados os limites e parâmetros dos §§2º, 3º e 11 do artigo 85 do CPC/2015 e eventual Gratuidade da Justiça (artigo 98, §3º, CPC/2015).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Relator